

ANDREIA SCAPIN

RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO TRIBUTÁRIO

Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Andreia Scapin.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Bárbara Rodrigues da Silva
(Sobre imagem de Callum Wale no Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

SCAPIN, Andreia.

Responsabilidade do estado por dano tributário - Belo Horizonte: Editora
D'Plácido, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-730-0

1. Direito Tributário 2. Direito Econômico. I. Título.

CDU346

CDD341.39

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



1108981

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21
1. RESPONSABILIDADE NA TEORIA GERAL DO DIREITO	29
1.1. Direito como sistema e a estrutura lógica da norma jurídica	29
1.2. Norma jurídica completa: norma primária e secundária	33
1.3. O conceito de sanção e a sua relação com a responsabilidade	37
1.3.1. A sanção e a coatividade do Direito	37
1.3.2. O vocábulo sanção em suas possíveis acepções	38
1.3.3. Sanção, ato ilícito, dever jurídico e responsabilidade	40
1.4. Reponsabilidade civil, penal, administrativa e tributária	46
2. A POSITIVAÇÃO DA NORMA <i>NEMINEM LAEDERE</i> NO DIREITO BRASILEIRO	49
2.1. Considerações iniciais	49
2.2. A origem da norma <i>neminem laedere</i> e sua função normativa	50
2.3. A positivação da norma <i>neminem laedere</i> no Direito italiano	51
2.4. A positivação da norma <i>neminem laedere</i> no Direito brasileiro	63
2.5. A submissão do Estado à norma <i>neminem laedere</i> no Direito brasileiro, inclusive em âmbito tributário	66

2.5.1. A Administração Tributária como setor da Administração Pública.....	73
2.5.2. Princípios que regem a atividade da Administração Pública.....	75
2.5.2.1. Princípio da legalidade.....	77
2.5.2.1.1. Princípio da legalidade em matéria tributária.....	79
2.5.2.2. Princípio da impessoalidade (ou finalidade).....	81
2.5.2.3. Princípio da eficiência (boa administração).....	82
2.5.2.4. Princípio da moralidade.....	83
2.5.2.4.1. Princípio da boa-fé objetiva.....	85
2.5.2.5. Princípio da razoabilidade.....	86
2.5.2.6. Princípio da proporcionalidade.....	87

3. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO TRIBUTÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO..... 89

3.1. Percurso evolutivo: da irresponsabilidade à responsabilidade objetiva do Estado.....	89
3.1.1. Evolução histórica da responsabilidade do Estado no Brasil.....	92
3.2. Noções gerais do sistema brasileiro de responsabilidade civil.....	96
3.2.1. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva.....	97
3.2.1.1. A teoria subjetiva como regra geral do Direito brasileiro.....	99
3.2.1.1.1. A teoria subjetiva aplicada à omissão da Administração Tributária na anulação do ato em autotutela.....	102
3.2.1.1.1.1. Autotutela tributária no Direito italiano.....	112
3.2.1.1.2. Responsabilidade do agente público causador do dano e a ação regressiva do Estado.....	120
3.2.1.1.2.1. Crime de Excesso de Exação (art.316, §1º do CP).....	122

3.2.1.2. A teoria objetiva como regra geral da responsabilidade do Estado.....	124
3.2.1.2.1. Fundamentos da responsabilidade objetiva do Estado.....	126
3.2.1.2.2. Regime jurídico da responsabilidade do Estado.....	130
3.3. Elementos da responsabilidade do Estado por dano tributário.....	132
3.3.1. Conduta	132
3.3.1.1. Conduta lícita.....	134
3.3.1.2. Conduta ilícita.....	139
3.3.1.2.1. Ilegitimidade do ato administrativo tributário.....	142
3.3.1.2.1.1. Vícios relativos ao sujeito.....	146
3.3.1.2.1.2. Vícios relativos ao objeto.....	147
3.3.1.2.1.3. Vícios relativos à forma.....	151
3.3.1.2.1.4. Vícios relativos ao motivo.....	152
3.3.1.2.1.5. Vícios relativos à finalidade.....	152
3.3.1.2.2. Culpa em sentido amplo.....	153
3.3.1.2.2.1. A relevância da culpa lato sensu na responsabilização do Estado no Direito italiano.....	154
3.3.2. Dano.....	161
3.3.2.1. Considerações iniciais.....	161
3.3.2.2. O dano como elemento determinante da responsabilidade do Estado.....	163
3.3.2.3. O denominado “dano injusto” no Direito italiano.....	169
3.3.2.4. Primeira hipótese: conduta lícita com resultado danoso lícito	178
3.3.2.4.1. Fiscalização Tributária.....	183
3.3.2.4.1.1. A atividade fiscalizatória na Itália.....	186

3.3.2.4.2. Constituição do crédito fiscal e espécies de lançamento.....	191
3.3.2.4.2.1. Lançamento tributário de ofício, por declaração e por homologação (autolancamento).....	194
3.3.2.4.2.2. Auto de infração.....	201
3.3.2.4.3. Consequências do inadimplemento do contribuinte e a exequibilidade do crédito tributário	202
3.3.2.4.3.1. Ato de inscrição do débito em dívida ativa	202
3.3.2.4.3.2. Certidão negativa de débito fiscal.....	206
3.3.2.4.3.3. Execução Fiscal.....	207
3.3.2.5. Segunda hipótese: conduta lícita com resultado danoso ilícito	215
3.3.2.6. Terceira hipótese: conduta ilícita com resultado danoso ilícito.....	232
3.3.2.6.1. Execução fiscal de crédito tributário com exigibilidade suspensa.....	234
3.3.2.6.2. Exigência tributária flagrantemente ilegal.....	240
3.3.2.6.3. Bloqueio de bens e penhora sobre o faturamento da empresa ilícitos.....	243
3.3.2.6.4. Entendimentos consolidados do STF e do STJ (arts.543-B e 543-C do CPC/73) e efeito vinculante da consulta fiscal e das sentenças com trânsito em julgado.....	251
3.3.2.6.5. Sanções políticas.....	256
3.3.2.6.6. Abuso de Direito.....	259
3.3.2.7. Dano patrimonial.....	264
3.3.2.7.1. Dano emergente.....	264
3.3.2.7.2. Lucro cessante.....	265
3.3.2.8. Dano não patrimonial (dano moral).....	267

3.3.2.8.1. Dano biológico, estético e moral no Direito italiano e sua aplicação em matéria tributária.....	269
3.3.3. Nexo de causalidade e nexo de imputação.....	282
CONCLUSÕES.....	287
BIBLIOGRAFIA.....	291